

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O NASCIMENTO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE E DO JUDICIAL REVIEW	25
2.1. A doutrina da separação dos poderes: a afirmação do Judiciário como ramo político do Estado Soberano	28
2.2. A Constituição enquanto norma fundamental: o seu evolucionismo semântico e o surgimento do princípio da supremacia constitucional	36
2.3. A origem histórica do controle judicial e difuso de constitucionalidade: o célebre caso <i>Marbury versus Madison</i>	43
2.4. Antecedentes históricos e fundamentos constitucionais do controle difuso no Brasil	49
2.5. Fecho	63
3. A QUESTÃO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM RECURSO ESPECIAL	65
3.1. A criação do Superior Tribunal de Justiça.....	70
3.2. A natureza jurídica e os pressupostos de admissibilidade do recurso especial	79
3.3. A apreciação da questão constitucional pelo Superior Tribunal de Justiça	90
3.4. Fecho	103
4. O REFLEXO DA LEI N.º 13.105/2015 NO PROCEDIMENTO RECURSAL ESPECIAL.....	107
4.1. A mudança de paradigma do sistema processual	108

4.2. A aplicação do direito à espécie	115
4.3. A fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário à luz do Novo Código de Processo Civil.....	119
4.4. Observações sobre a declaração de inconstitucionalidade pelo Superior Tribunal de Justiça e a eficácia (força) de seu precedente à luz do Novo Código de Processo Civil	125
4.5. Fecho	137
CONCLUSÕES.....	141
REFERÊNCIAS.....	147